

a decorrer o procedimento concursal tendente ao respetivo provimento e atendendo a que o normal funcionamento da referida unidade orgânica é essencial para garantir a prossecução das atividades cometidas à Direção-Geral do Território, torna-se necessário proceder à nomeação, em regime de substituição e enquanto durar a tramitação do procedimento concursal, do mencionado cargo.

Ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da sobredita Lei n.º 2/2004, nomeio, em regime de substituição e com efeitos a partir de 4 de outubro de 2013, a técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Território, licenciada Catarina Amado da Costa Roque, para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretora de serviços da Direção de Serviços de Informação Cadastral.

A licenciada Catarina Amado da Costa Roque reúne os requisitos legais exigidos e possui competências adequadas ao exercício do referido cargo, conforme evidenciado na nota curricular anexa a este despacho.

13 de novembro de 2013. — O Diretor-Geral, *Paulo V. D. Correia*.

### Nota curricular

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Geográfica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1995);

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (18 de setembro a 7 de dezembro de 2006).

Atividade Profissional:

De outubro de 2012 à presente data — Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Informação Cadastral da Direção-Geral do Território; De março de 2013 a outubro de 2012 — Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Informação Cadastral do Instituto Geográfico Português;

De abril de 2002 a março de 2003 — Diretora de Serviços do Centro para a Exploração e Gestão de Informação Geográfica do Instituto Geográfico Português;

De dezembro de 1995 a abril de 2001 — técnica superior do Centro para a Produção Cartográfica do Instituto Geográfico do Exército;

De janeiro de 2000 a abril de 2001 — Consultora técnica da empresa Certitecna — Engenheiros Consultores, S. A., no contexto da produção cartográfica.

Outras Informações:

Representante em vários grupos de trabalho interministeriais sobre a temática do cadastro e da estrutura predial.

Autora de vários artigos e comunicações no âmbito da produção cartográfica, sistemas de informação geográfica e cadastro.

Responsável, no ano letivo 2007-2008, pela cadeira “Cadastro e Ordenamento do Território” da Licenciatura de Engenharia Geográfica e do Mestrado em Engenharia Geográfica e Geo-informática — Especialização em Sistemas de Informação Geográfica ambos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Representante do Instituto Geográfico Português no âmbito da cooperação com a Unidade de Coordenação do Cadastro Predial (UC-CP) de Cabo Verde.

Prémio Descartes, Edição 1999 — Instituto de Informática — pelo trabalho “GEOCID — O Portal de Acesso à Informação Geográfica para o Cidadão”.

207649547

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

### Despacho n.º 3464/2014

1 — Pelo meu despacho de 11 de dezembro de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2013, sob a epígrafe despacho n.º 709/2013, considerando as normas básicas e essenciais de boa gestão da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, proferi a delegação de várias competências em dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau desta Direção Regional.

2 — O mesmo despacho foi posteriormente modificado pela declaração de retificação n.º 940/2013, de 11 de julho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 4 de setembro de 2013.

3 — Entretanto, por força do despacho n.º 16010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, parte C, n.º 239, de 10 de dezembro de 2013, foi nomeado, com efeitos reportados a 18 de novembro de 2013, diretor regional-adjunto de Agricultura e Pescas do Algarve o engenheiro José

Manuel Valente Graça, cessando as mesmas funções, nessa data, o técnico superior Ezequiel de Almeida Pinho.

4 — Neste contexto, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril, determino que no supra referido despacho n.º 709/2013, com a mencionada declaração de retificação, na alínea *a)* do seu n.º 7, onde se lê «Diretor regional-adjunto, Ezequiel de Almeida Pinho, até ao limite de € 25 000», passe a ler-se «Diretor regional-adjunto, José Manuel Valente Graça, até ao limite de € 25 000».

5 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 18 de novembro de 2013, ratificando todos os atos praticados pelo diretor regional-adjunto, nessa qualidade, subsumíveis à presente delegação, desde essa data.

10 de janeiro de 2014. — O Diretor Regional, *Fernando Severino*.  
207646306

## Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

### Despacho n.º 3465/2014

1. De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo, de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Unidade Jurídica (DJU-UJRD), previsto no n.º 2 dos artigos 1.º e 2.º dos Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., aprovados pela Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro

2. O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação da licenciada Sandra Maria Sousa de Almeida, para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo procedimento concursal.

3. Tendo em conta a citada proposta de designação, considera-se que a candidata proposta possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

4. Pelo exposto, designo para o cargo de Chefe de Unidade Jurídica, a licenciada Sandra Maria Sousa de Almeida, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004.

5. A nota curricular da licenciada em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

03/02/2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, I.P., *Luís Souto Barreiros*.

### Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Sandra Maria Sousa de Almeida  
Data de Nascimento: 28 de outubro de 1967  
Naturalidade: Lourenço Marques

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa — concluída em 1990.

Formação Profissional:

Estágio de advocacia da Ordem dos Advogados — concluído em 1992.

Diversa formação na área jurídica e da administração pública.

Atividade Profissional:

Chefe da Unidade Jurídica do Departamento Jurídico do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) — desde 2010;

Chefe do Serviço de Devedores do Departamento Jurídico e de Devedores do IFAP, I.P. — de 2007 a 2010;

Diretora Adjunta da Direção Jurídica, Contencioso e Devedores do ex-Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), do ex-Instituto do Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do IFAP, I.P. — de 2003 a 2007;

Chefe do Serviço de Recuperações, Fraudes e Irregularidades, da Direção Jurídica do ex-INGA — de 1998 a 2003;

Nomeada consultora jurídica na carreira de consultor jurídico, do quadro de pessoal do ex-INGA, em 1998;